

## **DESAMBIGUAÇÃO DOS TERMOS: PROBLEMAS, DIFICULDADES, TRANSTORNOS E DISTURBIOS DE APRENDIZAGEM**

### **DISBURSEMENT OF TERMS: TROUBLES, DIFFICULTIES, DISORDERS AND DISTURBANCES OF LEARNING**

Gilson Xavier de Azevedo

#### **RESUMO**

O objetivo desse artigo é promover uma desambiguação em relação aos termos “problemas, dificuldades, transtornos, distúrbios” de aprendizagem. A motivação para o tema surgiu de muitas confusões notadas no meio acadêmico sobre tais questões, principalmente em relação a diagnósticos com nomenclaturas nem sempre coerentes. Justifica-se o estudo pela necessidade de os educadores estarem seguros em relação às questões de aprendizagem que vivenciam em seu cotidiano. O problema proposto é analisar por meio da literatura disponível se é possível aclarar tais termos. A hipótese padrão é que, mesmo na literatura em questão, haja ambiguidade. Adota-se por metodologia compor um estudo exploratório e bibliográfico de revisão de literatura sobre o assunto proposto. Espera-se esclarecer o que foi proposto e aprofundar o debate sobre os temas preteridos.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Problemas. Dificuldades. Transtornos. Distúrbios.

#### **ABSTRACT**

The purpose of this article is to promote a disambiguation regarding the terms, "problems, difficulties, disorders, disorders" of learning. The motivation for the subject arose from the many confusions noticed in the academic environment on such questions, especially in relation to diagnoses with nomenclatures that are not always coherent. The study is justified by the need for educators to be sure about the learning issues they experience in their daily lives. The proposed problem is to analyze through available literature if it is possible to clarify such terms. The standard hypothesis is that even in the literature in question, there is ambiguity. It is adopted by methodology, to compose an exploratory and bibliographical study of literature review on the proposed subject. It is hoped to clarify what was proposed and to deepen the debate on the themes that have been rejected.

**Keywords:** Learning. Problems. Difficulties. Riots. Disorders.

#### **INTRODUÇÃO**

Quando se pensa em inclusão escolar, o olhar para os alunos com necessidades educativas especiais deve ser atento, preciso e devotado. Isso porque o indivíduo que

apresenta tais necessidades precisa ter o acompanhamento apropriado para poder desenvolver da melhor forma todo o seu potencial.

Nesse sentido, nota-se muita confusão no meio médico e pedagógico em relação a identificar o que de fato a criança tem (problemas, dificuldades, transtornos e distúrbios), de modo que tal fragmentação conceitual resulta em alunos mal preparados por educadores mal capacitados, além de uma sociedade sem condições reais de acolhimento do que chamo aqui de diferença.

Um olhar interdisciplinar parece essencial quando o assunto é inclusão, porém, vale ressaltar que esse olhar tem que ser coeso, coerente e conciso, de modo a não haver erro diagnóstico e de recomendações sobre a questão a ser tratada e acompanhada pela escola e pela família.

As necessidades do sujeito da aprendizagem devem ser olhadas de forma direta, de modo que possa ser bem compreendida nas áreas: médica, pedagógica, psicopedagógica, psicológica e, também, escolar.

Fica nesta introdução o desafio de se pensar cada um desses quatro termos que propomos aqui, para que sejamos mais críticos e cuidadosos em nosso cotidiano de educadores e profissionais das ciências da educação.

## **PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM**

Os problemas de aprendizagem (PA) estão datados na literatura médica por volta da década de 1960, após a publicação do livro *Educação da criança excepcional* (KIRK; GALLAGHER) tratando problemas como distúrbios de aprendizagem. Desse modo, nota-se são constantes os usos de termos diferentes para a mesma questão e vice-versa. Nota-se, portanto, que problemas de aprendizagem dizem respeito a aspectos coletivos de aprendizagem, não figurando apenas no aprendiz, mas no contexto em que este se encontra.

É importante ressaltar que os ditos distúrbios dos quais os referidos autores tratam não têm relação com aqueles apresentados por crianças ditas excepcionais (comumente chamadas nessa época de retardadas, incluindo aqui as crianças com algum tipo de paralisia cerebral ou portadoras de síndrome de Down. Para Kirk e Gallagher, os Portadores de Deficiência Mental (PDMs) são aqueles que se diferem por: “Suas características mentais, suas capacidades sensoriais, suas características neuromotoras ou físicas, seu comportamento social, sua capacidade de comunicação ou deficiências múltiplas” (KIRK; GALLAGHER, 2002, p. 4).

Nos anos de 1970, com a criação nos Estados Unidos da *Learning Disabilities Association of America* (LDA), começam os estudos específicos sobre crianças ditas ‘aparentemente normais’, mas que apresentavam lentidão ou incapacidade de aprender. A distinção entre crianças aparentemente normais e crianças com retardo é ressaltada por Costa e Penco: “Às vezes, as dificuldades de aprendizagem são tão sutis que essa criança não parece ter problema, mas podem apresentar uma inteligência na média ou superior e serem excepcionais em algumas áreas” (COSTA; PENCO, 2009, p. 3).

Nesse sentido, duas entidades se dedicaram a estudar o problema e dar uma solução conceitual ao que se queria indicar por problema de aprendizagem, sendo que a *Adults and Children with Learning and Developmental* (ACLD) relaciona problema de aprendizagem com desenvolvimento pessoal e a segunda, a *National Advisory Committee on Handicapped Children* (NACHC), crianças com problema de aprendizagem, seja qual for o grau, são consideradas especiais. Para a primeira:

São uma condição crônica de suposta origem neurológica que interfere seletivamente no desenvolvimento, integração e/ou não verbais. As dificuldades de aprendizagem específicas existem como uma condição incapacitante e variam em suas manifestações e no grau de severidade. Ao longo da vida, a condição pode afetar a autoestima, a educação, a vocação, a socialização, e/ou as atividades da vida diária (ACLD, 1986, p. 15, o grifo é nosso).

Note o leitor que o problema vem apresentado como uma disfunção neurológica incapacitante, o que revela que estudos neurológicos foram feitos e detectou-se que áreas do cérebro não se desenvolviam devidamente, acarretando tais problemas. Outro estudo desenvolvido na mesma época que o da ACLD pela NACHC aponta que:

As crianças com dificuldades de aprendizagem especiais (específicas – linguagem, leitura, escrita e matemática) possuem uma desordem em um ou mais dos processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou uso da linguagem falada ou escrita. Estas dificuldades podem manifestar-se por desordens na recepção da linguagem, no pensamento, na fala, na leitura, na escrita, na soletração ou na aritmética. Tais dificuldades incluem condições que têm sido referidas como deficiências perceptivas, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexia, afasia de desenvolvimento, etc. Elas não incluem problemas de aprendizagem resultantes principalmente de deficiência visual, auditiva ou motora, de deficiência mental, de perturbação emocional ou de desvantagem ambiental (NACHC, 1968, p. 34, o grifo é nosso).

Note o leitor que, apesar de se referir ao termo ‘dificuldades de aprendizagem’ e não a ‘problemas’, o estudo da NACHC recobra ao seu final a ideia de desvantagem ambiental, o que mostra uma possível confusão entre problema e dificuldade. Ainda sobre o conceito da

NACHC, este mostra que a dificuldade é uma desordem psicológica que causa problemas de aprendizagem, de modo que as habilidades que são afetadas e as causas externas para o mesmo.

Para Sampaio e Freitas (2014), se a aprendizagem é a capacidade e possibilidade de percepção, conhecimento, compreensão e retenção na memória de informações obtidas, e todos esses processos acontecem por intermédio do cérebro nas suas regiões motoras e psicomotoras, ergo, os problemas, sejam de qual ordem forem, terão como origem danos sofridos nesse órgão.

O processo de aprendizagem da criança é compreendido como um processo pluricausal, abrangente, implicando componentes de vários eixos de estruturação: afetivos, cognitivos, motores, sociais, econômicos, políticos. Isso significa que, ao concebermos a aprendizagem como um processo constituído por diversos fatores, não podemos aceitar uma causa única como determinante para dificuldades a ela relacionadas (SAMPAIO; FREITAS, 2014, p. 27, o grifo é nosso).

Nota-se no citado algo essencial para se estabelecer conceitualmente os problemas de aprendizagem, pois os imaginando como um grande conjunto, neles estariam todas as dificuldades, transtornos e distúrbios de aprendizagem, por conseguinte, de modo que esta seria uma nomenclatura geral para tal identificação.

Segundo Pain (1994), os problemas de aprendizagem se manifestam na resistência às normas disciplinares; na má integração no grupo de pares; na dificuldade de compreensão do professor sobre tais comportamentos; na inibição mental ou expressiva e nas reações a uma mal elaborada transição familiar ao grupo social. Os problemas de aprendizagem residem nas áreas de percepção, atenção, memória, associação e fixação de informações, emitem sem julgamento do pensar a primeira resposta disponível sem examinar as alternativas com cuidado.

Pode-se estabelecer, portanto, que os problemas de aprendizagem podem ou não emergir de questões cognitivas da criança, mas que, em geral, estão nela e fora dela, com uma ou outra predominância. Desse modo, uma criança pode aprender esse ou aquele assunto de forma mais lenta quanto outras, de modo que toca-se *en passant* pela teoria das inteligências e capacidades múltiplas de aprendizagem. Assim, entende-se que uma criança pode ter predominância por aprender por meio da música, das artes, da linguagem matemática, ou oral/escrita e assim por diante. Mas os problemas podem ter origem no meio, na escola, na gestão, no professor, na estrutura, no sistema de ensino, nas técnicas adotadas, de modo que

deve ficar claro que problemas de aprendizagem são sempre diversos, assim como são diversas suas origens e causas.

Passa-se então à desambiguação do segundo termo preterido a saber, as dificuldades de aprendizagem, termo este análogo ao primeiro em algumas literaturas, mas com algumas derivações que vale a pena tratar em separado.

## **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

O termo “Dificuldade de aprendizagem” (DA) tem uma conotação particular, subjetiva, dizendo respeito mais ao aluno e à sua estrutura cognitiva que necessariamente ao conjunto do processo do ensinar-aprender já mencionado. Trata-se da maneira como o estudante relaciona e apreende os processos de ensino-aprendizagem que a escola lhe fornece. De acordo com o estudo proposto pela *The Interagency Committee on Learning Disabilities* (ICLD):

Dificuldades de aprendizagem é um termo genérico que diz respeito a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e uso das capacidades de leitura, escrita, raciocínio, ou matemáticas, ou de aptidões sociais. Estas desordens são intrínsecas ao indivíduo e são devidas presumivelmente a uma disfunção do sistema nervoso central. Embora as dificuldades de aprendizagem possam ocorrer concomitantemente com outras condições de incapacidade (por exemplo, privação sensorial, deficiência mental, perturbação emocional ou social) ou com influências ambientais (por exemplo, diferenças culturais, ensino insuficiente/inadequado, fatores psicogenéticos), ou, ainda, e especialmente com um déficit de atenção, os quais podem causar problemas de aprendizagem, uma dificuldade de aprendizagem não é devida a tais condições ou influências (ICLD, 1987, p. 222).

Portanto, o termo não quer significar uma doença, mas, antes algo, momentâneo e sanável. Nesse sentido, apontam Smith e Strick:

Dificuldades de aprendizagem são problemas neurológicos que afetam a capacidade do cérebro para entender, recordar ou comunicar informações. Consideradas raras no passado, as dificuldades de aprendizagem supostamente afetam, hoje em dia, pelo menos 5% da população, ou mais de 12 milhões de americanos. Muitas autoridades pensam que o número de indivíduos afetados é, na verdade, muito maior, e os especialistas concordam que muitas crianças não estão indo tão bem quanto poderiam na escola em virtude de deficiências que não foram identificadas (SMITH; STRICK, 2007, p. 14).

Na realidade, todos temos algum tipo de dificuldade de aprendizagem, seja em humanas, aplicadas ou exatas. A questão é como identificamos ou identificaram os médicos e se isso foi feito a contento. A partir de um estado mínimo de consciência, que não se limita a

constatações ligadas aos juízos de valores do tipo: “não gosto de matemática ou de português”, mas um porquê mínimo que permita pontuar questões básicas como idade da fala, do andar, equilíbrio motora, estimulação, podemos estabelecer com mais precisão qual o quadro de cada indivíduo no contexto escolar.

Hoje com a inclusão dos indivíduos em salas regulares, não só os com necessidades especiais, mas com dificuldades de aprendizagem, as escolas estão com muita dificuldade em trabalharem de forma diversificada e assim sanarem ou diminuam os problemas escolares. Com isso, escolas estão buscando convênios e a colaboração das instituições de ensino superior que possuem os Cursos de Terapia Ocupacional, Psicologia, Pedagogia e outros (COSTA; PENCO, 2009, p. 5).

Muitos profissionais da educação têm buscado pós-graduações no campo da psicopedagogia, sobretudo os que se dedicam à gestão escolar, com fins de investigar e sanar tais questões dentro do bojo escolar, dadas as situações de descaso familiar e ausência diagnóstica, conforme se indica a seguir:

Ano após ano, muitos jovens são erroneamente classificados como tendo baixa inteligência, insolência ou preguiça. Eles são constantemente instados, por adultos ansiosos e preocupados com seu desempenho acadêmico, a corrigirem-se ou a esforçarem-se. Quando as táticas comuns de recompensa e de punição fracassam, pais e professores tornam-se frustrados, mas ninguém sente maior frustração que os próprios estudantes. ‘As palavras mais deprimentes na língua inglesa são ‘Apenas esforce-se mais’, diz um aluno cujas deficiências foram finalmente identificadas no ensino médio. “Eu estava tentando, mas ninguém acreditava em mim, porque não estava tendo sucesso” (SMITH; STRICK, 2007, p. 14).

A frustração de estudantes, professores e pais acaba, muitas vezes, por se tornar apenas frustração, não recebendo a atenção especializada necessária e incorrendo em muitos casos em fracasso escolar. “As questões educacionais que mais têm preocupado os profissionais ligados ao ensino referem-se aos altos índices de evasão e reprovação escolar que têm sido registrados nas escolas municipais e estaduais e o grande número de crianças que têm recorrido a tratamento psicopedagógico com dificuldade de aprendizagem” (MORAES, 2001, p. 29).

É nesse sentido que a motivação para este artigo emana de uma vivência com projetos de extensão vinculados à Universidade Estadual de Goiás e escolas do município de Quirinópolis, que nos permitiu ter uma visão um pouco maior do problema, de modo a perceber que os diagnósticos são, por vezes, confusos e as prescrições, incipientes.

As dificuldades de aprendizagem têm sido alvo de constantes debates entre estudiosos, psicólogos, psicopedagogos, professores, gestores e pais, já que, todos fazem parte do processo de desenvolvimento cognitivo das crianças. Entender o que são dificuldades de aprendizagem remete ao indivíduo uma gama de leitura sobre tal temática, evitando assim terminologias/rótulos nas crianças que vão de encontro com a real situação. O diagnóstico de dificuldade de aprendizagem tem que ser bem avaliado pelos profissionais competentes para que sejam direcionadas atividades que estimulem a criança superar os seus conflitos com a aprendizagem (FERREIRA; SANTOS, 2012, p. 4).

Nesse jogo que vamos chamar aqui de “empurra-empurra”: se a criança é sonolenta, tem déficit; se levanta, é TDAH; se está irritada, tem transtorno e assim por diante. Aparentemente, o meio escolar tem se preocupado mais em diagnosticar que, necessariamente, em tratar as dificuldades de aprendizagem, o que acaba criando dificuldades para todo o conjunto educacional, com índices de evasão cada vez maiores.

Para Santos e Ferreira:

Dificuldades de aprendizagem são comumente expostas no ambiente escolar o que vem preocupando pesquisadores como e de que forma são feitos os diagnósticos nas crianças. Os professores ao depararem com crianças que não satisfazem aos planejamentos e a seus instrumentos de controle acabam rotulando, e até às vezes menosprezando essa criança sob o argumento de ser uma criança problemática ou hiperativa. Ao passar os seus conflitos para os gestores acabam recebendo orientações divergentes com a situação. Esse jogo de falta de conhecimento provoca nos professores e gestores um ambiente de incompetência e alienação. Ficando a cargo de psicólogos e psicopedagogos tomar devidas incumbências de solucionar as dificuldades de aprendizagem (FERREIRA; SANTOS, 2012, p. 3).

Como foi dito, é relativamente comum que a criança, sobretudo nos primeiros anos de vida escolar, apresente algumas dificuldades de aprendizagem, quase sempre ligadas à má alimentação, dificuldade de memorização e dificuldade de relação; mais tarde poderão surgir, por volta dos 8 a 10 anos de idade, as dificuldades de interpretação, de maneira que exercícios cotidianos e acompanhamento familiar poderão facilmente ajudar a criança a sanar o problema. “As dificuldades podem ser específicas, como ocorre quando a criança apresenta dificuldades na leitura, ou podem ser gerais, quando, por exemplo, ela apresenta um aprendizado mais lento que o normal em uma série de tarefas” (DOCKRELL; MCSHANE, 2000, p.11-12).

Se não for dada a atenção necessária, as dificuldades de aprendizagem podem arraigar crenças no indivíduo do tipo: “não sei, não aprendo, sou burro, incapacitado” gerando assim transtornos de aprendizado, que são as dificuldades permanentes de aprendizagem (DPA) como ressalta Sisto:

Dificuldade de aprendizagem engloba um número heterogêneo de transtornos, manifestando-se por meio de atrasos ou dificuldades em leitura, escrita, soletração, cálculo, em crianças com inteligência potencialmente normal ou superior e sem deficiências visuais, auditivas, motoras ou desvantagens culturais (SISTO, 2001, p. 193).

Tais atrasos podem ser sanados, não caracterizando problema como permanente. Trata-se de um atraso no falar, no andar, no escrever, no relacionar sílabas, dentre outros. Desse modo, as dificuldades de aprendizagem devem ser tratadas de forma rápida e precisa; mesmo sendo de origem neurológica, não são consideradas doenças, nem são permanentes. O acompanhamento dos professores e da equipe gestora multifuncional é elementar à superação dos problemas de aprendizagem, bem como o acompanhamento dos pais nesse processo deve ser igualmente eficiente, dado que “Dificuldades de aprendizagem são problemas neurológicos que afetam a capacidade cerebral para entender, recordar ou comunicar as informações” (COSTA; PENCO, 2009, p. 3). Saber que a criança tem dificuldades em lidar com o cotidiano da escola, muitas vezes até o porteiro da escola sabe, a questão é levar a trabalhar isso com a criança dentro do âmbito escolar.

A necessidade de ter, claramente, a concepção de dificuldade de aprendizagem na prática pedagógica indica que o fracasso escolar não está ligado diretamente com o fracasso do aluno. Por muito tempo o discurso do fracasso escolar remetia-se aos baixos rendimentos dos alunos na execução das atividades planejadas pelos professores, isso caracterizava a escola como inocente de práticas desgastadas e desmotivadoras. Assim, o sucesso do aluno resumia-se apenas aos seus próprios esforços. Por não mais satisfazer esse discurso o processo de ensino e aprendizagem começa a ser questionado o que provoca a busca de respostas para o fracasso do aluno e da escola (FERREIRA; SANTOS, 2012, p. 7).

Se o esforço do aluno e a ação da escola mostram-se insuficientes, outras soluções devem ser buscadas, inclusive fora do contexto escolar, tais como especialistas nos campos da psicologia, neuropedagogia e psicopedagogia, de modo a acompanhar devidamente cada aluno e tornar sua passagem pela escola, exitosa. Mas deve-se considerar, ainda, que o modelo educacional que adotamos é, por vezes, coletivista, dificultando o atendimento individualizado, restando como metodologia a pedagogia construtiva de grupos de trabalho e interação.

Smith e Strick (2007, p. 28) nos apontam algumas das possíveis características comuns às dificuldades de aprendizagem que levantaram: desempenho não compatível com a capacidade cognitiva; maior dificuldade que a apresentada pelo restante da turma, normalmente resistente ao esforço pessoal, em superá-la; são geralmente transitórias; podem ser evitadas se respeitado o nível cognitivo da criança.

Diferente dos problemas de aprendizagem que têm várias causas, as dificuldades de aprendizagem são sempre inferidas a partir do desempenho escolar, tais como rotulações, *bullying*, baixa-estima, timidez, isolamento, sentimento de culpa e reações emocionais negativas que surgem a partir de problemas neurológicos do indivíduo, não se podendo fazer diagnósticos ligados a doenças ou distúrbios de aprendizagem. Conforme se vai apontar a seguir, é urgente e necessário estabelecer limites entre as terminologias problemas e dificuldades de aprendizagem, sem, contudo, rotulá-las como patologias.

Existem autores que diagnosticam as dificuldades de aprendizagem fazendo um paralelo com patologias. O que se encontra em comum acordo entre diversos autores são os fatores, como psicológicos, neurológicos, sociais e outros, que influenciam na aprendizagem da criança e que precisam ser levados em consideração no diagnóstico de uma criança com problemas de aprendizagem. Isso só vem acrescentar ainda mais quando se defende uma ideia de que não se pode afirmar e ou diagnosticar que uma criança possui uma dificuldade de aprendizagem sem analisar uma anamnese, a história de vida da criança e os fatores fundamentais para se conseguir uma exatidão do diagnóstico do problema (COSTA; PENCO, 2009, p. 4).

Por fim, acredita-se ter aclarado mais o termo “dificuldade de aprendizagem”, com fins a desenvolver a desambiguação que aqui se propôs, passando agora a tratar dos transtornos de aprendizagem.

## **TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM**

Transtornos de aprendizagem têm uma ligação direta com transtornos mentais e ou de comportamento, pelo menos é o que aponta a CID – 10 (Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da Classificação Internacional de Doenças - OMS/1992):

Grupos de transtornos manifestados por comprometimentos específicos e significativos no aprendizado de habilidades escolares. Estes comprometimentos no aprendizado não são resultados diretos de outros transtornos (tais como retardo mental, déficits neurológicos grosseiros, problemas visuais ou auditivos não corrigidos ou perturbações emocionais) embora eles possam ocorrer simultaneamente em tais condições (CID 10, 1992, p. 237).

Nesse sentido, nota-se que os problemas neurológicos citados pela CID-10 são aqueles que comprometem permanentemente a aprendizagem dos indivíduos, sendo evidenciados já nos transtornos de aprendizagem, quando aparecem de forma mais branda, mesmo sendo de origem neurológica. Tanto a CID-10 como o DSM-V apresentam, basicamente, três tipos de

transtornos específicos: o Transtorno na leitura<sup>1</sup>, o Transtorno na matemática<sup>2</sup> e o Transtorno na expressão escrita<sup>3</sup>, de modo que a caracterização geral desses transtornos não difere muito entre os dois manuais. Mas, de acordo com Zorzi (2004), atualmente, trabalha-se com a seguinte classificação para os transtornos na aprendizagem: transtornos da percepção, transtornos psicomotores, transtornos da atenção, transtornos da linguagem, transtornos de conduta, transtornos globais do desenvolvimento – TGDs e de comportamento disruptivo e transtornos de conduta.

Há que se acrescentar o TDAH ou Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, que pode ou não estar relacionado ao Autismo. Para Fontes (2007):

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um dos transtornos neuropsiquiátricos mais conhecidos na infância que ocasiona sérias dificuldades para o processo de aprendizagem. Isto se deve à baixa concentração de dopamina e/ou noradrenalina em regiões sinápticas do lobo frontal, leva o indivíduo a uma tríade sintomatológica de falta de atenção, hiperatividade e impulsividade. Atualmente, o DSM-V trouxe algumas mudanças em relação ao TDAH; agora é possível estabelecer o diagnóstico deste transtorno concomitantemente com o quadro de autismo, o que antes não era possível.

De acordo com o DSM-IV – (Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Americana de Psiquiatria – APA):

---

<sup>1</sup> O Transtorno da Leitura, alternativamente conhecido como dislexia, é um transtorno caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldade de ortografia. Dessa forma, pode-se afirmar que se trata de um transtorno específico das habilidades de leitura, que sob nenhuma hipótese está relacionado à idade mental, problemas de acuidade visual ou baixo nível de escolaridade. O DSM-V classifica como critérios diagnósticos para o Transtorno da Leitura: • Leitura de palavras de forma imprecisa ou lenta e com esforço (p. ex., lê palavras isoladas em voz alta, de forma incorreta ou lenta e hesitante, frequentemente adivinha palavras, tem dificuldade de soletrá-las). • Dificuldade para compreender o sentido do que é lido (p. ex., pode ler o texto com precisão, mas não compreende a sequência, as relações, as inferências ou os sentidos mais profundos do que é lido) (FONTES, 2007).

<sup>2</sup> O Transtorno da Matemática, também conhecido como discalculia, não é relacionado à ausência de habilidades matemáticas básicas, como contagem, e sim, na forma com que a criança associa essas habilidades com o mundo que a cerca. A aquisição de conceitos matemáticos e outras atividades que exigem raciocínio são afetadas neste transtorno, cuja baixa capacidade para manejar números e conceitos matemáticos não é originada por uma lesão ou outra causa orgânica.<sup>7</sup> Em geral, o Transtorno da Matemática é encontrado em combinação com o Transtorno da Leitura ou Transtorno da Expressão Escrita. O Transtorno da Matemática, segundo o DSM-V, é caracterizado por: • Dificuldades para dominar o senso numérico, fatos numéricos ou cálculo (p. ex., entende números, sua magnitude e relações de forma insatisfatória; conta com os dedos para adicionar números de um dígito em vez de lembrar o fato aritmético, como fazem os colegas; perde-se no meio de cálculos aritméticos e pode trocar as operações). • Dificuldades no raciocínio (p. ex., tem grave dificuldade em aplicar conceitos, fatos ou operações matemáticas para solucionar problemas quantitativos) (FONTES, 2007).

<sup>3</sup> Um transtorno apenas de ortografia ou caligrafia, na ausência de outras dificuldades da expressão escrita, em geral, não se presta a um diagnóstico de Transtorno da Expressão Escrita. Neste transtorno geralmente existe uma combinação de dificuldades na capacidade de compor textos escritos, evidenciada por erros de gramática e pontuação dentro das frases, má organização dos parágrafos, múltiplos erros ortográficos ou fraca caligrafia, na ausência de outros prejuízos na expressão escrita. Em comparação com outros Transtornos de Aprendizagem, sabe-se relativamente menos acerca do Transtorno da Expressão Escrita e sobre o seu tratamento, particularmente quando ocorre na ausência de Transtorno de Leitura. Existem algumas evidências de que déficits de linguagem e percepto-motores podem acompanhar este transtorno (FONTES, 2007).

Os transtornos de aprendizagem são diagnosticados quando os resultados do indivíduo em testes padronizados e individualmente administrados de leitura, matemática ou expressão escrita estão substancialmente abaixo do esperado para sua idade, escolarização ou nível de inteligência. Os transtornos de aprendizagem podem persistir até a idade adulta (DSM-IV, 1995, p. 46).

Pode-se aferir que, em ambos os documentos citados, o termo “transtorno” é usado por toda a classificação, de forma a evitar problemas ainda maiores inerentes ao uso de termos tais como “doença” ou “enfermidade”. “Transtorno” não é um termo exato, porém é usado para indicar a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecíveis e associados, na maioria dos casos, a prejuízo e interferência com funções pessoais.

Portanto, ao se falar de transtornos, necessariamente não se está a identificar uma doença ou distúrbio que tem sua origem em problemas neurológicos severos e que comprometem permanentemente a aprendizagem. Ainda segundo a CID – 10, podem-se apontar algumas características gerais dos transtornos de aprendizagem:

Na maioria dos casos, as funções afetadas incluem linguagem, habilidades visão espaciais e/ou coordenação motora. É característico que os comprometimentos diminuam progressivamente à medida que a criança cresce (embora déficits mais leves frequentemente perdurem na vida adulta). Em geral, a história é de um atraso ou comprometimento que está presente desde tão cedo quanto possa ser confiavelmente detectado, sem nenhum período anterior de desenvolvimento normal. A maioria dessas condições é mais comum em meninos que em meninas (CID 10, 1992, p. 239).

Como se pode notar, os transtornos tendem a diminuir conforme a idade, mas desde que devidamente tratados como tal, lembrando que tal diminuição vai depender muito de medicação adequada, fisioterapia, estimulação neuromotora, fonoaudiologia e psicopedagógica. Quando o assunto é questão de aprendizagem, não se pode muito contar com a sorte e com a premissa de que o tempo cura tais questões.

De acordo com o DSM-IV (1995), os Transtornos são definidos mediante os seguintes critérios de identificação:

- nível de desempenho na aprendizagem deve ser avaliado mediante provas padronizadas e o resultado deve estar substancialmente abaixo do esperado para a idade cronológica do sujeito, sua escolaridade e quociente de inteligência;

- nível do desempenho verificado deve intervir significativamente no rendimento acadêmico ou nas atividades da vida cotidiana que exigem as habilidades afetadas, como cálculo, leitura ou escrita;
- em caso de déficit sensorial, as dificuldades observadas devem exceder as habitualmente associadas a esse tipo de condição.

O tratamento dos transtornos de aprendizagem se dá por meio de aulas de reforço, acompanhamento psicomotor de equilíbrio corporal, jogos educativos que permitam à criança desenvolver seu senso linguístico e matemático, além de acompanhamento neurológico.

Para Sousa (2012), a prevenção dos transtornos de aprendizagem fundamenta-se, especialmente, em cuidar do desenvolvimento do cérebro da criança, de forma harmoniosa e sadia, uma vez que há evidências científicas de que as lesões ou disfunções podem ser de ordem pré-natal, perinatal ou pós-natal.

- Na vida intrauterina: assistência pré-natal (o cérebro já se encontra formado e completo na vigésima semana de gestação);
- Parto bem assistido para evitar traumatismos;
- Alimentação e sono adequados são essenciais para a mielinização e maturação dos centros nervosos;
- Afetividade no trato com a criança para estimular a produção de neurotransmissores favoráveis à aprendizagem;
- Estimulação de todos os sentidos por meio de brincadeiras;
- Apoio, incentivo e acompanhamento na aprendizagem escolar.

Por fim, nota-se que os transtornos de aprendizagem atualmente enquadrados na CID 10 são apenas quatro, mas que podem estar associados a outros fatores, ocasionar problemas e dificuldades de aprendizagem, ou evoluir à condição de distúrbios: Dislexia, Discalculia, Disgrafia e TDAH, de modo que se frisa a separação entre estes e os distúrbios de aprendizagem de que trataremos na parte final deste artigo.

## **DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM**

O Distúrbio de Aprendizagem afeta diretamente o modo pelo qual crianças com inteligência média, ou acima da média, recebem, processam ou expressam informações e que se mantêm por toda a vida. Isto prejudica a habilidade para aprender habilidades básicas em leitura, escrita ou matemática. A *Coordinated Campaign for Learning Disabilities (CCLD)*, uma coalizão de organizações nacionais ligadas aos distúrbios de aprendizagem, define-os como “uma desordem neurobiológica na qual o cérebro da pessoa trabalha ou é estruturado de uma maneira diferente” (SMITH; STRICK, 2007, p. 25). Para Colares e Moysés:

Distúrbios de aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de alterações manifestas por dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas alterações são intrínsecas ao indivíduo e presumivelmente devidas à disfunção do sistema nervoso central. Apesar de um distúrbio de aprendizagem poder ocorrer concomitantemente com outras condições desfavoráveis (por exemplo, alteração sensorial, o retardo mental, distúrbio social ou emocional) ou influências ambientais (por exemplo, diferenças culturais, instrução insuficiente/inadequada, fatores psicogênicos), não é resultado direto dessas condições ou influências (COLLARES; MOYSÉS, 199, p. 32).

Desse modo, Smith e Strick (2007) esclarecem que distúrbio de aprendizagem não é o mesmo que deficiência ou retardo mental, autismo, deficiência auditiva ou visual, deficiência física, distúrbio emocional ou o processo normal de aquisição de uma segunda língua, nem é causado por falta de oportunidade educacional como trocas frequentes de escolas, por faltas constantes às aulas ou falhas no ensino das habilidades básicas.

Distúrbio de Aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de desordens, manifestadas por **dificuldades na aquisição e no uso da audição, fala, escrita e raciocínio matemático**. Essas desordens são intrínsecas ao indivíduo e presume-se serem uma disfunção de sistema nervoso central. Entretanto, o distúrbio de aprendizagem pode ocorrer concomitantemente com outras desordens como distúrbio sensorial, retardo mental, distúrbio emocional e social, ou sofrer influências ambientais como diferenças culturais, instrucionais inapropriadas ou insuficientes, ou fatores psicogênicos. Porém, não são resultado direto destas condições ou influências (HAMMILL, apud CIASCA, 1994, p. 36).

O citado se coaduna com o comentado anteriormente, de modo que se deve para bem do leitor, definir quais seriam esses distúrbios mencionados, evitando assim qualquer confusão com os chamados transtornos dos quais tratamos anteriormente.

Pode-se apontar como distúrbios a gagueira, a disartria (distúrbio da articulação da fala ou uma dificuldade na produção de fonemas que resulta de uma lesão cortical ou de uma

lesão periférica provocada por uma paralisia dos órgãos de fonação, também chamada de barilalia; a apraxia (uma desordem neurológica que se caracteriza por provocar uma perda da capacidade em executar movimentos e gestos precisos que conduziriam a um dado objetivo, apesar de o paciente ter a vontade e a habilidade física para os executar); a dispraxia (disfunção motora neurológica que impede o cérebro de desempenhar os movimentos corretamente) e a disortografia (dificuldade do aprendizado e do desenvolvimento da habilidade da linguagem escrita expressiva. Esta dificuldade pode ocorrer associada ou não à dificuldade de leitura, isto é, à dislexia).

Assim, transtornos se diferem de distúrbios, basicamente, por serem tratados pelos especialistas ligados à educação e ao meio escolar, enquanto os distúrbios requerem, por vezes, intervenção de vários profissionais e áreas ligados à saúde.

Os termos distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem têm sido utilizados de forma aleatória, tanto na literatura especializada como na prática clínica e escolar, para designar quadros diagnósticos diferentes. Os defensores da abordagem comportamental preferem à utilização do termo distúrbio. Os construtivistas parecem ser adeptos do termo dificuldade. O termo “dificuldade” está mais relacionado a problemas de ordem psicopedagógica e/ou sócio - culturais, ou seja, o problema não está centrado apenas no aluno, sendo que essa visão é mais frequentemente utilizada em uma perspectiva preventiva. O termo “distúrbio” está mais vinculado ao aluno, na medida em que sugere a existência de comprometimento neurológicos em funções corticais específicas, sendo mais utilizado pela perspectiva clínica ou remediativa (BRITO, s.d., p. 1).

Assim, a construção do presente artigo visou justamente aclarar tais terminologias, embora se possa reconhecer que nem sempre isso é possível, de modo que um dos erros mais recorrentes é tratar problemas, dificuldades, transtornos e distúrbios de aprendizagem como doenças do tipo autismo, síndrome de Down e síndromes neurológicas.

Reconhecendo que estamos longe de ter um consenso entre os especialistas e médicos sobre os termos aqui tratados, acredita-se que o aprofundamento proposto elucidou um pouco mais cada termo, com a esperança de que o presente artigo seja lido e debatido, para que outras contribuições lhe sejam acrescidas.

## **CONCLUSÃO**

Nosso artigo procurou desambiguar os termos problemas, dificuldades, transtornos e distúrbios de aprendizagem, mas, como o leitor pode notar, existe muita confusão inclusive entre as referências disponíveis, de modo que essa discussão não se encerra neste artigo, ficando em aberto um escopo gigantesco de vertentes a serem tratadas conceitualmente na

prática escolar, tendo por base sempre o auxílio à criança que, por alguma das razões elencadas, não consegue aprender como os demais.

Conforme se buscou evidenciar, problemas, dificuldades, transtornos e distúrbios de aprendizagem não são doenças irreversíveis, mas questões que merecem um olhar acurado, especialidades escolares e profissionais de fato dedicados a tornar mais acessíveis os processos de ensino-aprendizagem, tornando ainda a escola um lugar de acolhimento e não de fracasso escolar.

## REFERÊNCIAS

APA DSM-IV. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*, DSM-IV, 5. ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BRITO, Dorival R. *Distúrbios da Aprendizagem*. Disponível online em < <http://www.drb-assessoria.com.br/da.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2017.

CIASCA, S. M.; ROSSINI, S. D. R. (2000). Distúrbio de aprendizagem: mudanças ou não? Correlação de dados de uma década de atendimento. *Temas sobre Desenvolvimento*, 8 (48), 11-16.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO DA CID-10: *Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Organização Mundial de Saúde (Org.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. A História não Contada dos Distúrbios de Aprendizagem. *Cadernos CEDES*, n. 28, Campinas: Papyrus, 1993, p. 31-48.

COSTA, Elaine Cristina; PENCO, Iara Jaqueline Frigério. *Dificuldades De Aprendizagem: Tipos de Dificuldades de Aprendizagens encontradas na Clínica de acompanhamento Pedagógico*, do Unisalesiano Lins/SP – Unidade II. 2009. Disponível em: <[www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC21483524825.pdf](http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC21483524825.pdf)>. Acesso em: 24 abr 2017.

DOCKRELL, Julie; MCSHANE, John. *Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva*. Tradução Andrea Negreda. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FERREIRA, M.; SANTOS, P. Princípios da fisiologia do exercício no treino dos músculos do pavimento pélvico. *Acta Urológica*. v. 26, n.3, p. 31-38, 2009. Disponível em: <<http://www.apurologia.pt/acta/3-2009/princ-fisio-ex-trei.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2013.

FONTES, Maria Alice. *O que são Transtornos de Aprendizagem? Causas, tipos e tratamento*. 2007. Disponível em: <<http://www.plenamente.com.br/artigo/194/-que-sao-transtornos-aprendizagem-causas-tipos.php#.WP5jgenFjcs>>. Acesso em 24 abr. 2017.

KIRK, Samuel & GALLAGHER, James J. *Educação da criança excepcional*. Tradução Marília Zanella Sanvicente. 3ed. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1996.

LEARNING DISABILITIES ASSOCIATION OF AMERICA (LDA). Disponível em: <<https://ldaamerica.org>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

MORAES, Antônio Manoel Pamplona. *Distúrbios de Aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica*. São Paulo: Edicon, 1997.

NATIONAL Advisory Comittee on Handicapped Children (1968). *Special education for handicapped children* (first annual Report). Washignton, DC: Departament of Health, Education, & Welfare. Disponível em <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED018058.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

PAIN, S. *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1994.

SAMPAIO, Simaia; FREITAS, Ivana B. *Transtornos e dificuldades de aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais*. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

SANTOS, Larissa Batista Carvalho; PEREIRA, Mônica Pereira Reis Amarante Dória. *Dificuldades de aprendizagem: concepções e problemáticas contemporâneas*. VI Colóquio Internacional "Educação Contemporânea, 2012. Disponível em: <[educonse.com.br/2012/eixo\\_15/PDF/16.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_15/PDF/16.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

SISTO, F. F.. Dificuldade de aprendizagem em escrita: um instrumento de avaliação (Adape). In: SISTO, F.F.; BORUCHOVITCH, E.; FINI, L.D.T.; BRENELLI, R. P.; MARTINELLI, S.C. (Org.). *Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico*. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, v. 1, p. 190-213.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. *Dificuldades de Aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUSA, Francisca M. A. de Andrade. *Distúrbios, Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem: Uma Perspectiva de interface entre saúde e educação*. 2012. Disponível em: <<http://psicopedagogiaespacocrser.blogspot.com.br/2012/10/disturbios-transtornos-e-dificuldades.html>>. Acesso: 30 mar. 2011

ZORZI, Jaime Luiz. *Os distúrbios de Aprendizagem e os distúrbios: específicos de Leitura e da Escrita*. CEFAC, 2004. Disponível em: <<http://www.cefac.br/library/artigos/2405420cdd61d3c9ba0387897e1316ed.pdf>>. Acesso: 30 Mar. 2011.